Ata da Reunião Ordinária do mês de Junho de 2022 do CEDM/PR

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, por web conferência, pelo link: meet.google.com/est-zgbz-jps; **Abertura –** A Secretária Executiva Fernanda Marchione, inicia a reunião dando as boas vindas a todas as presentes, informa que o link da lista de presença se encontra disponível no chat, sendo que este documento de assinatura é um documento oficial para a confirmação de presença e faz a chamada inicial; **Conselheiras Representantes Governamentais**: Titular: Walquiria Onete Gomes – DGDM/SEJUF; Suplente: Fernanda Marchione – DGDM/SEFUF; Titular: Jocelli Collaço – SUDIS CASA CIVIL; Titular: Andréa Maria Sanson Corat – DEDIF/SEJUF; Titular: Marcia de Oliveira – Sedu; Titular: Priscila Costa Pagnotto – Sedest PR; Titular: Juliana Heindyk – SESP/DEPPEN/PR; Titular: Carla Konieczniak – SESA/PR; Titular: Juliana Carolina Silveira – SEPL; Titular: Claudete Carvalho Canezin – SETI; Suplente: Dinela Alves de Freitas – SETI; Titular: Jussara Ribeiro – SEABI/DR-Paraná; **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil**: Titular: Maria Isabel Côrreia – UBM PR; Titular: Ivanete Paulino Xavier – Rede de Mulheres Negras – PR; Suplente: Maria Inez Barboza – UNESPAR; Suplente: Maria Inês Ramos – UBM PR; Titular: Eunice Tieko – CUT Paraná; Titular: Carmen Ribeiro – RFS; Suplente: Patricia Robes Lourreiro – Sindijus/PR; Titular: Tânia de Castro – CIAF; Titular: Margarete Lopes – Grupo Dignidade; Titular: Rosalina Batista – Assempa; Suplente: Silvana Rausis – Assempa; **Colaboradores e Convidados**: Alcileny Adriana de Cunha – CODEM-SESP; Márcio Marcolino; Márcia Burgos; Viviane da Paz; Mônica Velozo; Edson; Alberto-Ricardo; Edilson Souza Barbosa; Claudio Guimarães Amaral; Rosemeire Vanessa dos Santos; Edinalva Theodoro Martins; Renata Medeiros; Maitê Lobo Sponhols; Fabio Fares – EPR/AME-SE; Wendy Morreira Lima – MPPR; Helena de Souza Rocha – OAPR; item um; **1) Boas Vindas da Presidente:** A Presidente interina, Maria Izabel, dá as boas vindas e diz que cumprimenta a Walquiria e diz que ela está como nova chefe do Departamento da Mulher e será a nova Presidente do Conselho em seguida ela passa para o item dois da pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** Pauta foi aprovada; item três; **3) Posse da nova Presidente - Walquiria Onete Gomes:** A conselheira Maria Isabel cumprimenta a Walquiria Onete Gomes e diz que a partir de agora, com a gestão atual que é a presidência governamental, ela é a indicada pelo governo para ser a Presidente do CEDM, em seguida ela passa a palavra para o Dr. Márcio que é o Diretor Geral da SEJUF, e que está representando o Secretário Rogério Carboni, e irá realizar a apresentação e na sequencia ele irá ler a declaração de posse da nova presidente, passando a palavra para realização do ato de posse, o Dr. Márcio Marcolino inicia sua fala cumprimentando a todos os membros do Conselho, fala da satisfação e da alegria de participar deste momento junto ao CEDM, agradece o convite de estar ali num dia tão especial, tendo a oportunidade de empossar a Walquiria como nova Presidente, fala da satisfação da escolha dessa mulher que também representa-os como Chefe do Departamento da Mulher, e os orgulha muito sobre a sua historia, sua vida, sua dedicação, principalmente nas causas das mulheres, em seguida parabeniza o Conselho, dizendo que teve a oportunidade de estar conhecendo um pouco mais e ver a participação, a grandiosidade e a união do Conselho dos Direitos das Mulheres, falando

que sabem que por mais que avancemos em algumas pautas, infelizmente, ainda temos muito o que conquistar e trabalhar para que as mulheres realmente possam ocupar seu espaço merecido na sociedade e, enquanto representante da secretaria, gostaria de colocar a disposição do conselho toda a Secretaria e departamentos, se diz a disposição quando for necessário que sua presença seja importante, para que ele possa discutir algumas pautas do interesse do Estado, para que possam sempre alinhar, parabeniza a Walquiria, que está a pouco tempo na Secretaria, cerca de trinta dias, mas já viu o trabalho que a Walquiria tem feito no departamento com muita dedicação, louvor e principalmente, com comprometimento, diz que tem certeza que o Conselho está ganhando muito com a aquisição dela na presidência, e inicia, com a concordância de todos e todas, a leitura do termo de posse para era empossamento, **declarando empossada na forma da Lei Walquiria Onete Gomes como Presidente governamental para o Biênio 2021/2023 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná**, o Dr. Márcio agradece mais uma vez pela oportunidade e encerra sua fala, a secretaria-executiva Fernanda Marchione passa a palavra para a Walquiria, para que a mesma possa trazer sua fala já como nova presidente, a agora atual presidente deseja uma boa tarde a todos e a todas, dizendo que é uma grande satisfação estar ali e faz lembrar que no dia vinte e sete de maio a secretária Fernanda realizou uma reunião com as conselheiras governamentais, colocando o nome dela como uma sugestão para assumir a presidência do conselho, diz que no momento foi aberto para quem quisesse assumir a presidência que se manifesta-se, logo não houveram manifestações de ninguém, assim ela está assumindo a presidência a nível governamental representando a Secretaria de Justiça, Família e Trabalho e também o Departamento de Politica para as Mulheres, fala que é com grande satisfação que quer fazer parte pois se coloca no lugar de cada mulher sejam elas com qualquer situação, que se encontre em seu estado de vulnerabilidade e agressão, e diz que qualquer pessoa que se coloque no lugar do outro sabe o que precisa e o que é lutar, com isso ela diz que espera contribuir com o Conselho respeitando o Regimento Interno onde ela se coloca a disposição pela confiabilidade que a ela foi dada e pelo respeito, diz que o Conselho é o soberano e que assim seja, ela faz parte com todas e encerra sua fala agradecendo, a secretária informa que a Presidente estará acompanhando a reunião pois está com a fala comprometida, e que o Diretor Geral pode desculpas mas precisa se retirar, em seguida ela passa para o próximo ponto da pauta; item quatro; **4) Aprovação da ATA de Maio:** Ata foi aprovada; item cinco; **5) Informes do Departamento da Mulher:** A secretaria-executiva Fernanda Marchione passa a palavra para Silvane Farah que irá realizar os informes do departamento da mulher. Silvane cumprimenta a todas desejando uma boa tarde , parabeniza a nova presidente e segue dizendo que está semana o departamento da mulher recebeu vários convites para estar participando de alguns momentos importantes e um deles foi no primeiro fórum no tribunal da justiça em relação a violência psicológica, fala que foi muito interessante e que acha que é um tema que o conselho deveria discutir junto com a questão da justiça, e que participaram por dois dias, além disso que também participaram de uma reunião junto com os municípios de Curitiba e com a ASSOMEC, que é a associação dos vinte e nove municípios da região metropolitana de Curitiba , diz que o

departamento da mulher foi convidado para a segunda reunião, onde esses vinte e nove municípios trazem seus representantes em relação a politica da mulher, aponta a importância da presença do departamento da mulher nessas reuniões, onde ocorre a demanda desses municípios próximos de Curitiba, diz ainda que participaram da reunião do fórum das gestoras municipais do estado do Paraná, explica que este fórum se reuniu aqui em Curitiba, e que a reunião anterior foi em maringá, então é um fórum itinerante, onde todas as gestoras do estado do Paraná em que os municípios possuem secretaria da mulher ou pelo menos uma coordenação da mulher se reúnem para discutir as pautas em relação as politicas publicas do estado, fala da importância do departamento da mulher também participar desse fórum, porque as demandas dos municípios chegam mais rápido e assim o departamento consegue fazer uma interlocução com os municípios mais facilmente, e avisa que não foi definido o próximo município que estará realizando a reunião mas assim que o departamento souber pode estar informando. Comunica também que o departamento está em fase de participação efetiva com o ministério publico do trabalho, onde tem uma parceria com algumas empresas grandes do Paraná como o Condor, Cacau Show, Ecco Salve e a Risotolândia, onde a o departamento encaminha as mulheres vitimas de violência e elas já tem vaga garantida, então por ela ser vitima de violência e já estar nesta situação de vulnerabilidade social ela já é encaminhada para uma dessas empresas, isso é um acordo que o estado tem com essa empresa, onde a empregabilidade é rápida e efetiva, a mulher não precisa passar pela agência do trabalhador ou por qualquer setor, explica que a própria Walquiria encaminha essas mulheres que chegam até o departamento dos municípios de Curitiba e do estado como um todo, então esse encaminhamento é feito rapidamente, essa mulher já vai direto para o Rh da empresa e já é contratada, fala que tem todo uma trâmite porque o departamento sabe que tem o agressor, mas ai a empresa recebe uma capacitação para que ela possa cuidar desa mulher enquanto ela trabalha nessa empresa e fala de uma outra parceria que o departamento firmou agora pouco foi com a universidade positivo, neste primeiro momento ela tem atendido as assistidas pelo CRAM, o Centro de Referência de atendimento a mulher aqui de Curitiba , fala que a parceria tem funcionado da seguinte forma, a universidade positivo faz o estudo de casos de empreendedorismo da mulher assistida no CRAM então se ela tiver algum sonho, como por exemplo uma que tem uma barraca de cachorro quente a outra quer fazer bolo sem glúten, tem uma que quer vender roupas de cama, por meio de vários cursos como a contabilidade, administração, psicologia é criado um plano de trabalho para está mulher, mostrando o custo para ela no caso do carinho de cachorro quente, qual a região é melhor, se tem muita oferta nessa região indica que ela vá para outra com menos oferta, fala que é uma parceria bacana porque tem muitas mulheres que querem empreender e que foi muito legal a apresentação dessas primeiras quatro mulheres, para definir seus sonhos, Comenta que o projeto está em fase de expansão pro estado do Paraná para que não seja só aqui este encaminhamento, fala que estão recebendo a visita de duas representantes do conselho municipal de piraquara, diz que ficou bem feliz porque as representantes colocaram que o conselho municipal de piraquara é bem atuante na região, elas foram buscar informações com o departamento e diz que é uma coisa bem interessante ver

que os conselhos municipais também estão se organizando, são visitas que o departamento vem recebendo e isso é muito importante, a palavra é passada para as representantes, a representante do conselho vanessa deseja boa tarde a todas e parabeniza a Walquiria e diz que não imaginavam participar, que vieram mais para buscar conhecimento sobre o cartório da mulher que agora eles tem em piraquara então estão apoiando lá, pois sabem que isso é um grande avanço para as mulheres de piraquara, que é um espaço onde as mulheres serão atendidas com um olhar mais humano e com acolhimento que elas merecem, agradece o momento e parabeniza a toda, a palavra é passada para Edi que é a segunda representante do conselho de piraquara que se apresenta e diz que o conselho está com toda a equipe, as conselheira e a presidente que é a Ana Mazon, parabeniza a presidente e a todas, e segue sua fala dizendo que assim como a vanessa havia falado elas vieram atrás de informação, que em piraquara eles trabalham com um lema que é informação e acolhimento e hoje elas vieram buscar mais informações e parceria e foram muito bem acolhidas, agradece e encerra sua fala; Silvana Rausis solicita a palavra, e começa dizendo que foi uma prazer conhecê-las, a referencia de ter um posto avançado de defesa da mulher em piraquara é muito importante e que ela gostaria de colocar que recebeu uma denuncia, a qual ela não adentrou, mas uma denuncia sobre o hospital Adalto Botelho, e vai averiguar, que ele está sendo encampado pela FUNEAS, Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, que ela também faz parte do conselho, mas seria bom para o conselho da mulher saber quantas mulheres e as condições que estão para que o mesmo possa melhorar essa condição dentro dos protocolos do estado e dessa nova gestão, é muito importante que tenham esses dados, o mesmo caso da penitenciaria mas das mulheres em asilos instituições da saúde mental é mais preocupante ainda dado que elas não tem uma defesa explicita favorável , mas esse nem tem como, então está colocando a satisfação de tê-los com eles e já adentrando nessa área que ela acha importante, agradece e encerra a fala, a palavra é passada para Carmem que agradece a presença das representantes de piraquara e diz como seria bom se isso se repetisse , como ter a presença de outras conselheiras municipais visitando seria bom, então da as boas vindas as representantes e ressalta a importância dos Conselhos Municipais acompanharem assuntos debatidos pelo CEDM, pois, por exemplo, o tema que será tratado hoje se refere a serviços localizados em Piraquara, portanto, assunto que o CMP de Piraquara poderá contribuir, então, que bom que elas estão ai, fala também que gostaria de cumprimentar a Walquiria que está assumindo hoje e dizer que eles estão disponíveis para tudo oque ela precisar se ela precisar de alguma ajuda ou alguma coisa , porque imagina que é difícil cair no meio de uma gestão, então o conselho está ali a disposição e que ela pode contar com ele e que ela acredita dizer em nome de todas as conselheiras quando deseja que ela seja muito bem vinda e muito bem acolhida, a Presidente agradece a Carmen, a Jussara e a todas, e diz como é bom encontrar as colegas, pede para que elas se em sintam casa, assim como ela também se sente a vontade com elas, agradece novamente por tudo que estão desejando a ela encerrando a fala. Não tendo mais a tratar ela passa para o próximo ponto da pauta; item seis; **6) Informes da Secretaria-Executiva:** A secretária Fernanda apresenta na tela os informes, sendo: **INFORMES DA SECRETARIA**

EXECUTIVA - Trabalho realizado no período de 10 de maio à 13 de junho de 2022
ATA: - Foi elaborado a ATA da reunião de maio e encaminhada por e-mail para todas as conselheiras. Apenas a conselheira **Maria Inez Barboza Marques** encaminhou contribuições referentes a correções de digitação. **Pauta/Convocação:** - Foi encaminhado por E-mail e no grupo do WhatsApp para as conselheiras a Convocação e a Pauta da reunião. **Justificativas de Ausência:** - A conselheira Eunice Andréa Ferreira (titular), encaminhou justificativa de ausência. **Substituição e Nomeação:** - No dia 23/05;2022, por meio do Protocolo **18.999.451-6,** foi iniciado o processo de substituição da conselheira titular e suplente do Departamento da Mulher, sendo indicadas para compor o CEDM/PR, como conselheira titular: **Walquiria Onete Gomes** e, como conselheira suplente: **Fernanda Marchione**. **Reunião para aprovação da nova Presidente:** - Na data de 27 Maio de 2022, tendo início às 09:30 e encerramento às 10 horas, pelo link: https://meet.google.com/krm-mcav-wvm, foi realizado a reunião com as conselheiras governamentais para aprovação do nome da nova presidente, com as seguintes presenças: Andréia Maria Sanson Corat – SEJUF/DEDIF; Liza Marie Fortes – DT/SEJUF; Priscila Costa Paganotto Pielak - Sedest/PR; Silvane Farah – DGDM/SEJUF; Juliana Carolina Silveira Patzsch – SEPL; Claudete Carvalho Canezin – SETI; Ana Claudia Machado – SESP; Priscila Pacheco dos Santos – SECC; Regina Célia Vitório – SEED; O nome para nova Presidente do CEDM, pata o Biênio 2021/2023 foi aprovado por unanimidade pelas conselheiras governamentais. Fernanda Marchione **Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR**, não havendo mais a tratar a Presidente passa para o próximo ponto da pauta; item sete; **7) Carmen: Condições das Detentas dado o Relatório apresentado na Comissão de Direitos Humanos da Alep;** Carmem inicia dizendo que até postou no whatsapp do CDM a gravação de uma audiência pública na assembleia legislativa do Paraná presidida pelo deputado goura, como deputado participante da comissão de direitos humanos e nessa audiência pública, ela foi convocada para que fosse apresentado o relatório de uma perícia realizada através do mecanismo nacional de prevenção e combate a tortura criado por lei em dois mil e treze, que vieram peritos nacionais, não só do Paraná mas de fora também, que fizeram um levantamento no Complexo Médico Penal, na penitenciaria feminina, na penitenciaria masculina, delegacias em Paranaguá e um dos Senses socioeducativos, diz que os resultados que elas apresentaram as peritas eram nas palavras das mesmas estarrecedoras e diz ter trazido esse tema de novo, porque o Conselho antes da pandemia fez um longo debate, antes da pandemia, sobre a situação das mulheres na penitenciaria feminina, especialmente das gestantes, fala que teve a oportunidade de visitar acompanhada da Delegada Márcia que representava a CODEM e era a representante da Secretaria de segurança do Conselho, que trouxeram junto com a SESA uma discussão aprofundada a respeito das condições de saúde, fala que hoje em dia não sabe como está o número de mulheres e nem um número de mulheres que estão gestantes, mas na ocasião o que verificaram é que as mulheres quando são presas e estão gestantes são trazidas para a penitenciaria feminina e quando se aproximam do parto elas vão para o complexo medico penal, diz que é ai que está a ponte desse relatório, o tema que foi discutido, quando estiveram lá, que verificaram que ainda existia

um trabalho muito interessante de um grupo vinculado a PUC, um trabalho com as gestantes numa casa especifica delas como parte da penitenciaria feminina, em que as vezes as gestantes ficavam com seus bebes, haviam enfermeiras que faziam todo o trabalho de puericultura e conviviam com essas crianças e essas mães, aprendendo a trocar fazer papinha, a cuidar das crianças e fazendo também um trabalho importante de aproximação desses bebês com as famílias dessas gestantes que deveriam depois acolher o bebê mais ou menos entorno dos seis meses de vida, diz que este trabalho deixou de ser executado, que terminou o convênio, fala que a entidade que mantinha essa parceria não quis continuar e nada foi posto no lugar, que também foi verificado na época que quando as gestantes iam dar a luz no hospital Angelina Caron e também faziam o pré-natal lá, mas dependiam da existência de escolta para poder levar para a consulta, então as vezes não tinha escolta e atrasava a consulta e dentro do complexo medico penal a situação também era complicada porque foi identificado que tinha um medico pra seiscentos e cinquenta, mais ou menos, que as pessoas internadas lá, todas com problemas de saúde, seja físico ou mental, ficam sem estrutura medica nenhuma, que então fizeram uma série de conversas com a SESA, também algumas questões a SESA ajudou a dar andamento, que fizeram o treinamento para avaliar o risco da gestante, porque não tinha avaliação de risco para saber que tipo de parto provavelmente a gestante deveria ter e que intercorrências poderia ter, que identificaram que a SESA passava um valor para a SESP contratar médicos, enfermeiros, diz que era para fazer um monitoramento, mas que veio a pandemia, que só fizeram algumas conversas com o DEPPEN, com a presença da representante do DEPPEN no conselho, fala que quando viu o relatório veio tudo isso na mente dela de novo secretário, pergunta como está isso, porque o que elas trouxeram é bem complicado, pergunta se as mulheres gestantes estão indo para o complexo penal, e estão enfrentando isso de não ter estrutura, de não ter equipe, de o médico fazer um horário de acordo com sua conveniência, da falta absoluta de equipe de enfermagem, que obriga os detentos em melhores condições cuidarem daqueles que estão acamados, inclusive os terminais, fala de não ter obstetra para acompanhamento da gestantes e se continua não tendo, então supõe que elas estejam indo para o hospital Angelina Caron não somente para o parto mas para realizar o pré-natal também, diz que precisa confirmar isso e ver como está a questão do acompanhamento com escolta para ver se o pré-natal realmente está sendo realizado, ao que diz respeito aos cadeirantes ela pergunta se tem cadeiras de rodas o suficiente, se os medicamentos são entregues aos detentos na quantidade do mês, se existe um controle dessa medicação, se há pacientes com ideação suicida sem nenhum acompanhamento, fala que as peritas levantaram um alto índice de óbitos, que existem detentos no complexo medico penal há dois anos sem nenhuma consulta médica, que muitos detentos estão há espera de laudos psicológicos para dar andamento em seus processos judiciais para ver se são inimputáveis, diz que parece pelo que ela entendeu que apenas o IML de Curitiba e Londrina possuem médicos psiquiátricos forenses e que os atendimentos agendados já estão sendo agendados para dois mil e vinte e três, além de problemas muitos sérios com os prédio por serem velhos, que muitas janelas estão com vidros quebrados, diz que as peritas foram durante a primeira onda e frio e viram os detentos

morrendo de frio, com roupas inadequadas, sem cobertores suficientes ou, com cobertores esfarrapados, faltando colchões, toalhas, material de higiene insuficiente, fala que na delegacia de Paranaguá a situação parecia ainda pior para as peritas, a ponto dos detentos compartilharem a mesma escova de dentes já que não é distribuído em quantidades suficientes, que o banho é frio, já o banho de sol é muito intermitente e com pouco tempo, que os que estão com alguma repreensão não podem tomar banho de sol, diz que o próprio CMP está interditado pelo Conselho Regional de Medicina há anos, que está interditado, mas, que nada acontece, ela diz que a preocupação delas era com as condições que elas consideraram análogas a tortura, pelas condições que foram impostas aos detentos, esse diagnóstico foi apresentado para a Assembleia Legislativa e para os representantes do Secretário de Segurança, também para da Secretária de Justiça, que estavam presentes, diz que é do conhecimento das autoridades, que o relatório será apresentado também por escrito e que ela até pediu para que o Conselho pudesse ter acesso a esse material, porque isso tudo ela pegou do resumo que as peritas trouxeram de apresentação, então como as mulheres estão dentro disso, estão na penitenciária, apresentando condições parecidas com o resto das outras penitenciárias e também no Complexo Médico Penal se elas permanecem como acontecia, diz que deveriam abordar essas questões e conversar com o DEPPEN e com a SESA, fala que pode-se pensar que essas pessoas terão algum tipo de reabilitação com essa descrição, fala que é gasto um dinheiro público em algo que não reabilita, mas favorece a continuidade da delinquência e o acirramento de problemas sociais e mentais, diz saber que hoje não terão tempo para discutir todas essas questões, pois o Conselho precisa ver com DEPPEN, se é preciso fazer uma reunião especifica, montar uma comissão ou se na próxima reunião o DEPPEN traria uma posição com os dados sobre isso que foi falado, para que o conselho possa ver como pode contribuir para melhorar isso, a Dra. Juliana da boas vindas a nova Presidente Walquiria e deseja muito sucesso, prosperidade e muita felicidade nessa nova fase, fala que em relação ao relatório da assembleia, que concordar em partes com a conselheira Carmen, pois trabalhou muitos anos no CMP, diz que que conhece intimamente aquela realidade, que é uma realidade difícil, que eles, enquanto Estado, precisam reconhecer os erros e pedir ajuda, que está com o relatório de vistoria da comissão, fala que na época que foi elaborado o relatório, quando estava na Vice-direção da PFP a unidade que foi vistoriada, eles receberam esse relatório, e que ela acompanhou essa vistoria, e diz que eles receberam críticas duras, as quais algumas assumiram como carências do sistema penitenciário, diz que toma a liberdade de discordar pois foram pontuadas pelo ponto de vista da pessoa privada de liberdade somente, que por óbvio que todas essas mulheres estão ali a contragosto, então não estão felizes, e quando elas tem um canal de reclamação isso acaba se potencializando, mas, que não quer dizer que as queixas que elas apresentam não tenham sentido, como a questão da alimentação que é servida pela Risotolândia e possui péssima qualidade, mas, isso não é por falta de briga dos gestores da unidades prisionais que reclamam incansavelmente, mas infelizmente possuem um contrato com a empresa que não pode ser encerrado tão facilmente, diz que irá tomar a liberdade de ler todos os apontamentos que a comissão da assembleia fez, mas que antes disso em relação a questão das gestantes e lactantes gostaria de esclarecer que

em dois mil e dezenove, quando receberam a notícia que no dia dezenove de dezembro a Rede Marista iria se retirar da PFP por conta do encerramento de convênio, diz que ela e a diretora ficaram se perguntando o que iriam fazer, pois eles mantinham uma rede de apoio, uma equipe multidisciplinar, então eles tinham uma enfermeira, uma assistente social, uma pedagoga, uma secretária e mais uma profissional, que estavam a disposição da creche, que quando elas anunciaram a saída elas entraram em desespero, fala que procuraram diversas instituições religiosas ou não para assumir a creche, que infelizmente não conseguiram ninguém que quisesse abraçar essa causa, mas por outro lado, correram atrás e por conta do bom relacionamento como judiciário, a defensoria publica foi uma parceira inquestionável, que graças a essa parceria hoje existe uma sensibilização do judiciário pelo o desencarceramento das gestantes e lactantes, que hoje no estado todo existem apenas duas gestantes privadas de liberdade, enquanto em dois mil e quatorze existiam quarenta mães com filhos dentro da penitenciária feminina do Paraná, fora as outras cinquenta gestantes, que em dois mil e dezenove, quando foi para a vice-direção, junto com a Rede Marista, elas tinham entre vinte e cinco e trinta, que então mantinham esse número de mulheres lactantes na feminina e mais um outro tanto gestantes no CMP, diz que hoje eles não possuem nenhuma mãe com bebê e as duas gestantes tem advogados particular, mas que são dois casos bastantes complicados, que elas fazem o pré-natal no hospital Angelina Caron, diz que no CMP tem uma enfermeira que é dedicada a questão das gestantes, mas na época da visita a sua atenção estava desviada para o Covid, então ela permaneceu por um tempo afastada dos cuidados com as gestantes em função do Covid, porque foi uma pandemia que fugiu do controle de todos, mas agora ela já retornou, alguns médicos que estavam afastados já retornaram, inclusive a Doutora Liz que atende as gestantes na penitenciária feminina, no CIS, e no CMP, ela estava afastada pois era do grupo de risco, então atendia só por telemedicina, pois ela também era lactante, diz que tiveram uma serie de desdobramentos que ocorrerão depois da visita e felizmente muitos problemas foram solucionados, em seguida a Dra. Juliana da SESP apresenta o relatório da Comissão de Direitos Humanos da ALEP, que foram pontuadas as "irregularidades" apontadas ao final do relatório e o posicionamento da CEPME - DEPPEN em relação às mesmas, sendo: 1. Necessidade de melhoria da alimentação. R. A alimentação é fornecida por empresa terceirizada, cujo contrato celebrado entre a empresa RISOTOLÂNDIA/SESP/DEPPEN é objeto de cobranças constantes por parte dos gestores das unidades, a fim de que seja cumprido com qualidade nas preparação. É uma luta constante. 2. Extinção de castigos com confinamento por mais de 15 dias consecutivos. R. As PPLs que cometem faltas disciplinares, conforme previsto na LEP e Estatuto Penitenciário, passam por julgamento pelo Conselho Disciplinar, observado o devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Se sancionada as PPL, poderá ficar em isolamento disciplinar de 05 até 30 dias, conforme previsão legal. 3. Necessidade de manter ações para melhorias estruturais, principalmente em relação ao combate a pragas - dedetização e desratização. R. Além das obras de conservação, reformas e diversas melhorias que vêm sendo feitas nas unidades nos últimos anos, também são realizadas a desratização e dedetização em TODAS as unidades penais, a cada seis meses. 4. Adequação do número de servidores.

R. Há uma cobrança constante dos gestores em relação a realização de concurso público. Por outro lado, parte da mão de obra no sistema penitenciário está em vais de terceirização, que ocorrerá em julho/22, com a contratação de cerca de 1200 monitores de ressocialização, que irão substituir os atuais guardas prisionais (PSS) que atuam no sistema. 5. Seja realizado planejamento para retorno das visitas. R. As visitas retornaram em novembro/2021. 6. Adequação da unidade ao PNAISP - plano nacional de atenção integral a saúde das pessoas privadas de liberdade. R. A adesão ao plano, não cabe (infelizmente) a unidade, mas sim ao município de Piraquara, onde está inserido o complexo penitenciário. 7. Haja adequação da ocupação das celas, a fim de evitar a superlotação. R. Não se pode falar em superlotação na PFP, cuja capacidade é para 406 PPLs e existem 330. Na ocasião da visita, a lotação era praticamente a mesma, porque, em virtude da reforma de uma galeria, algumas celas precisam ser desocupadas temporariamente, realocando as PPLs para outras. Porém, a situação já foi normalizada. 8. Seja adequada a quantidade dos itens de higiene distribuídos. R. As PPLs recebem um kit de higiene a cada 30 dias, composto por 24 absorventes, sabonete, creme e escova dental, papel higiênico, shampoo e condicionador, além de produtos de limpeza suficientes para o mês. 9. Melhoria dos atendimentos psicológicos. R. Atendimentos psicológicos ocorrendo normalmente, inclusive com aporte de profissionais voluntários e acadêmicos conveniados. 10. Regularização dos atendimentos dentários. R. Atendimentos dentários ocorrendo normalmente (duas vezes por semana). 11. Realização de mutirão para fornecimento dos atestados de pena, verificação das remissões, situação das mães com filhos pequenas, não contempladas, com prisão domiciliar durante a pandemia. R. Com a ajuda da Defensoria Pública, todos os atestados de pena estão em dia, com remissões computadas. As mães não beneficiadas, foram aquelas cuja adequação legal não permitiu, terminado a apresentação do relatório, a Dra. Juliana convida as conselheiras para fazer uma visita e diz que faz questão de recebê-las e acompanhá-las, pois acredita ser importante que conheçam não só pelo relatório das instituições, diz que os gestores precisam de ajuda, de sugestões, de parcerias, diz que são todas muito bem vindas encerrando sua fala, a conselheira Margarete deseja boa tarde a todos e a todas, diz que percebeu em relação as falas da Cármen e da Dra. Juliana que os problemas apresentados não são de ordem dos servidores e servidoras do DEPPEN, diz que é só mais um exemplo do descaso do Governo do Paraná com os cidadãos paranaenses, diz que vê que a penitenciaria mais do que não estar reabilitando essas pessoas, também não está oferecendo a essas pessoas a oportunidade de serem reinseridas na sociedade quando elas saírem do sistema penitenciário, então acredita que o que precisam fazer não é uma ação interna dentro das penitenciarias, precisam cobrar do governador do estado por melhor qualidade de trabalho para os servidores e servidoras, diz que sabem que o serviço público no Paraná está sendo sucateado, fala que ela é servidora aposentada de uma universidade, fala que as universidades estão sendo sucateadas metodologicamente pelo governo de estado, diz que servidor se aposenta, servidor morre e o governo não se preocupa em contratar novos servidores, não abre concurso, que o poder mais em relação a alimentação dessas presas, pois se existe um contrato que é tão difícil de desfazer, deve existir também no contrato que está

empresa precisa cumprir com o que está escrito lá, fala que com certeza está escrito a qualidade da alimentação, que acredita que se conversarem com o procurador ou a procuradora do estado com certeza conseguem acabar com o contrato sem pagar multa, porque a prestadora do serviço não tem cumprido com o contrato, não tem primado pela qualidade da alimentação que é passada para o sistema penitenciário do Paraná, então o tratamento que essas pessoas estão recebendo não é por parte dos servidores do sistema penitenciário, das penitenciarias, diz que trabalhou cinco anos na penitenciaria estadual de maringá e sabe que não é um trabalho fácil, mas que eles precisam de concurso para repor quem se aposenta, para repor quem morre, porque estão com uma defasagem em todo o serviço público do Paraná, na universidade nos últimos cinco anos mais de quatrocentas pessoas se aposentaram, a Covid levou embora mais de setenta servidores, só da universidade estadual do Paraná, diz que ninguém foi contratado para substituir essas pessoas, ela fala que a Dra. Juliana que tem amigos no sistema penitenciário vê que estão ficando cansados e cansadas, porque estão sendo exploradas, então é difícil atender presos e presas sem ter infraestrutura, fala que acredita que o Conselho tem o poder e o dever de comunicar o governador e exigir um tratamento de qualidade para o servidor e servidora pública, que prestam serviços na penitenciaria, porque se não não tem como reinserir essas pessoas na sociedade e fazer com que elas deixem de ser criminosas, e passem a ser cidadãos que andam na rua planamente, fala que ela pensa nisso, a Dra. Juliana pede a palavra para passar uma informação que havia esquecido de falar, diz que no inicio do ano o contrato com a empresa Risotolândia venceu, que ouve uma nova licitação, mas, infelizmente, a empresa que ganhou após o encerramento do certame, sumiu e não apareceu para fornecer a alimentação para os presos, então o estado precisou fazer um aditivo emergencial com a mesma empresa Risotolândia, e que até hoje a empresa não apareceu, fala que ano passado recebeu um convite para conhecer a penitenciaria feminina de santana na capital de são paulo e elas tem uma cozinha industrial que elas fazem as próprias refeições, para as presas, os servidores e alguns presos de uma penitenciaria masculina que tem ali perto, e o gasto com a alimentação é de vinte e dois reais per capita, por dia, fala que eles gastam cerca de 36, e oque viu na qualidade da comida que elas servem é impecável e ficam muito feliz de conhecer outras realidades e triste de voltar para a deles, pois é uma coisa que defende muito que eles tenham que ter ali, agradece e devolve a palavra a Margarete que fala que quando ia trabalhar no sistema penitenciário de maringá eram os presos que cozinhavam, que possuíam uma cozinha enorme, um almoxarifado, os alimentos vinham de Curitiba para lá e os presos quem produziam a alimentação e diz não saber porque deixou de ser assim, a Dra. Juliana acrescenta que da ultima vez que foi lá pelo menos o sistema de panificação ainda funcionava, Margarete retoma sua fala dizendo que cozinhar no local é realmente mais barato, e fala que acredita que se voltassem a cozinhar e desonerarem do estado ia melhorar a qualidade , porque já soube por relatos de comida que veio azeda, de todas as marmitas terem sidos jogadas fora porque estavam azedas, chegou já na penitenciaria estragada, então pensa que o conselho poderia montar uma comissão e junto desse relato fazer reivindicações para o governo do estado, a Dra. Juliana lembra que a refeição servida aos detentos e detentas e a mesma servida para

os servidores, só tem diferença de embalagem, a palavra é passada para a conselheira Márcia que deseja uma boa tarde a todas e fala está ali como conselheira representando o governo, mas não gostaria de deixar sua palavra apenas como conselheira, porque além disso é advogada e tem um escritório criminalista que atua nessa área e está sempre acompanhando tudo isso , mesmo porque sempre busca os direitos das suas presas e dos seus presos e a qualidade deles dentro do sistema, diz que nesses quatro anos que tem presenciado o que o governo tem feito nos presídios ela mesma tem se surpreendido, se fossem comparar a oito anos atrás tiveram uma evolução tremenda, é claro que não é perfeito, pois é muito difícil chegar a perfeição, então concorda com o que a Dra. Juliana, diz que hoje sim todas as pressas delas só elogiam o sistema, fala que tem uma qualidade diferente da dos outros estados que ela participa e vivencia e vê a diferença do Paraná, e de como essas melhorias tem sido feitas, tanto na questão de trabalho, do psicológico, do CIS, que é uma coisa fantástica, todas as presas que estão em privação de liberdade trabalham, diz que elas não tem problemas em relação ao odontologia, a tratamentos médicos, aos produtos de higiene, porque as pessoas da família vem procurar quando existem esse problemas, e realmente pode relatar que faz muito tempo que não tem ouvido, diz que ainda tem muito mais o que mudar, mas concorda e ratifica tudo o que a Dra. Juliane disse como uma advogada, que se preocupa sim com os direitos do seus presos, a palavra é passada para a Dra. Mariana que fala pelo NUDEM, que tem uma parceria muito importante com a Dra. Juliana, com PFP, com a CIS e realmente desde que entrou em outubro de 2021, é evidente a redução do número de gestantes presas, principalmente agora que ouve o fechamento do CMP e as gestantes estão sendo direcionadas a PFP, eles viram uma diminuição gigantesca de gestantes e lactantes, fala que sua preocupação é o retorno das gestantes ao CMP, teve a oportunidade de fazer junto o núcleo penitenciário algumas inspeções, e lá recebiam o relato da insuficiência com a alimentação, por conta desse convenio com a Risotolândia as presas reclamavam muito da comida azeda, diz que não sabe se a questão era no armazenamento ou oque causava esse problema, e também da insuficiência na alimentação, e pensando que o conselho faz o atendimento mais voltado as mulheres gestantes preocupa porque a questão nutricional fica prejudicada, também com a questão do atendimento no Angelina Caron, com um número muito menor não recebe mais esse tipo de denuncia, mas costumava receber reclamações das gestantes, com um mal atendimento , mulheres que davam a luz algemadas, não só lá mas no HC também, mas com esse mal atendimento durante todo o pré natal, ali no CMP tem a enfermeira Brigida que faz o atendimento, mas diz que acreditar ser insuficiente, precisaria uma maior equipe de saúde prestando atendimento as gestantes, e gostaria de dizer pelo NUDEM que eles continuam sempre atentos as situações das penitenciarias, e agora nessa ultima inspeção que foi mencionada pela Cármen, a defensoria pública também participou e pode compartilhar com o conselho, e algumas recomendações DE melhorias, como a questão das janelas por conta do frio, pois quando fizeram a inspeção estava bem na onda de frio, e algumas questões pontuais aqui no Paraná, e agradecer pela parceria com a Dra. Juliana, a Dra. Juliana acrescenta no que a Dra. Márcia havia dito sobre o trabalho, e a conselheira margo também havia comentado sobre eles fazerem algo para reinserir essas

mulheres na sociedade, é importante a visita de uma comissão ou de todas as conselheira, para que possam ver todos os projetos que estão em andamento, todas as parcerias, fala que hoje as presas tem aula de violino, vilão, moda, alta costura, empreendedorismo, desde alfabetização até curso superior, tem os canteiros de trabalho de empresas particulares, tem os canteiros da casa como eles chamam, então são muitos trabalhos dentro da PFP que precisam ser vistos, e fala que no SIS que é uma unidade diferente que prioriza a humanização da pena, e realmente tem um trabalho de resgate família, busca a reinserção dessas pessoas na sociedade, é um sonho do sistema penitenciário, diz que é muito bacana o trabalho feito lá, então que muito que as conselheiras venham conhecer, e que eles possam ampliar isso ´para outras unidades, porque tem muitas mulheres que possuem maridos, filhos, e que isso causa preocupação para elas, não havendo mais a tratar neste ponto da pauta, a Presidente passa para o próximo ponto; item oito; **8) Informe Gerais: Carol: Carteira da Gestante do Paraná; Informes Reunião Interconselhos – Fome nos territórios indígenas:** A secretária Fernanda diz que a conselheira Carol Poliquesi seria quem iria trazer os informes "Carteira da Gestante do Paraná", porém, ela justificou sua ausência no grupo do whatsapp e deixou lá os informes sobre este ponto da pauta, em seguida ela pergunta se pode ler os informes, não havendo nenhuma manifestação contra, a secretária inicia a leitura, sendo: "Meu informe é sobre a Carteira da Gestante. Especialmente sobre a Carteira da Gestante publicada pelo Ministério da Saúde. E as legitimas reivindicações e críticas a ela, a forma como foi publicada, ao conteúdo e a fala do Secretário da Atenção Básica. Acredito que podemos em outro momento detalhar melhor isto. O que também queria destacar é que aqui no PR e em Curitiba temos nossa própria Carteira da Gestante. Que casa com a Linha Guia Materno Infantil e demais instrumentos de trabalho da Linha de Cuidado Materno Infantil. Que, portanto, não recebemos e não utilizamos a do MS desde 2011/2012. Destacar também a importância de termos o Plano de Parto na nossa carteira da gestante. Enquanto importante instrumento dos direitos de gestantes e parturientes. Que pra além de estar na carteira compõe nossos temas de capacitação e os indicadores de qualidade das maternidades contratualizadas com o Estado. Todas estratégias, que assim como a formação de Enfermeiras Obstetras no Estado, visam potencializar as Boas Práticas de Atenção ao Parto e Nascimento e diminuição das taxas de cesárea no Estado. Alguns estados que recebiam a Carteira da Gestante do MS tem se posicionado para a negativa em receber a nova carteira publicada. A tempo posso levantar melhor quais estados. Tanto a nossa carteira como linha guia podem ser baixadas no site.", a conselheira Carmen parabeniza a SESA por ainda ser um núcleo de resistência a essa maluquice que estamos vivendo no Brasil que emana dos ministérios e da presidência da republica, fala que também já publicou no e-mail a manifestação da rede feminista sobre essa carteira, porque é uma carteira que reforça tudo aquilo que chamamos de violência obstétrica e o ministério da saúde assina embaixo dizendo que tudo bem, isso é um procedimento, e a questão também, de que é uma investida muito grande sobre as mulheres, sobre os direitos das mulheres, dizendo que todos os abortos praticados são criminosos, não levando em consideração o código penal e a lei que prevê o direito ao aborto e as circunstancias que prevê, então é um descalabro oque está

acontecendo, então parabeniza a SESA, porque nesse sentido da atenção a mulher a SESA consegue proteger um pouco os servidores, os pacientes e as mulheres no que diz respeito aos direitos de saúde e direitos principalmente reprodutivos e sexuais, a palavra é passada para a conselheira Rosalina que deseja boa tarde a todas as conselheiras e diz que acredita que o com deveria fazer uma reunião da saúde, para ter uma manifestação do conselho estadual da mulher em relação essa situação do ministério da saúde, diz que tem algumas coisas que não podem deixar passar em branco mesmo que a SESA tenha um grupo resistente, pois quando se trata de um órgão que é a caneta, que libera condição de recurso, diz não saber quanto esses servidores tem condição de segurar isso, também tem a relação direta dos ministério com as secretarias municipais de saúde na ponta, que não passa nem pela SESA, como no conselho municipal da mulher já tiveram que fazer alguns enfrentamentos com serviços em relação a esses direitos, toda essa situação de violência obstétrica, é um momento muito delicado, ele trassem a casar num horário onde a sociedade está de olho em outras pautas, fazem meio a escondida e quando vamos ver já é tarde, diz ter colocado isso no conselho municipal do direito da mulher de Londrina, mas como conselho estadual da mulher tem mais força e porque podem trazer um documento ou uma resolução para as secretarias municipais de saúde, diz encerrando sua fala que apesar do ministério da saúde ter recursos e vinculação direta com o município não passa pela SESA, e nem todos os locais tem um profissional comprometido, a palavra é passada para a Dra. Mariana que agradece e diz que vai falara rapidamente em relação a esses ataques do ministério aos direitos das mulheres, além da caderneta da gestante, essa atenção técnica da conduta no caso de abortamento, fala que também acha importante, por mais que tenha esse posicionamento da césar no sentido de que aqui não haveria repercussão, mas a gente sabe que na pratica não é bem assim inclusive já tiveram problemas em relação a aborto legal especificamente, com a recusa do hospital das clinicas e com inclusive constrangendo medicas de outros locais que tinham se disponibilizado para fazer o abortamento legal em caso de estupro, e diz ser um ponto de pauta que ela gostaria de levantar em outra oportunidade para detalhar mais especificamente oque aconteceu, temos visto também ataques as medicas e enfermeiras que fazem atenção a saúde, que fazem denuncias de violência obstétrica e tudo isso tá nesse contexto de ataques que vem do ministério da saúde, então diz que acredita ser fundamental que o conselho faça essa reunião da comissão da saúde e se coloca a disposição para colaborar, diz que estão fazendo agora uma recomendação para o ministério da saúde em relação a essa nova recomendação em caso de abortamento, ai poderiam replicar no Paraná, agradece e encerra sua fala, a conselheira Maria isabel tem problemas de comunicação por estar em deslocamento, não sendo possível compreender suas falas, a secretária sugere que se as conselheiras provarem, que a conselheira Maria isabel pode colocar os informes no grupo do whatsapp do CEDM e que após este pode ser constado em ATA, as conselheiras aprovam a sugestão, sendo os seguintes informes: A conselheira Maria Isabel deseja bom dia as conselheiras, fala que talvez lembrem que na primeira reunião haviam três municípios que trouxeram relatos Terra Roxa, Guaíra e Guarapuava, alguns relatos assim bem complicados de como está a situação das aldeias nesses municípios, e ai chamaram uma reunião com as secretarias de estado para que

fizessem relatos sobre o que cada uma faz em relação as questões indígenas, também estavam presente o ministério público e a defensoria pública, a secretarias que falaram das suas ações foram a SEJUF, SEAB, SEED, e a do meio ambiente pela questão do ICMS ecológico, também estiveram a Copel e Sanepar, a IDESAM e a CAISAN que é a câmara intersecretarial de segurança alimentar e nutricional, o secretario é o mesmo secretario do ENCEA paraná, fez os relatos chamando aquelas questões que haviam sido apresentadas na reunião anterior, sobre Campo Mourão, Guaíra, Terra Roxa e Laranjeiras do Sul e os órgãos falaram sobre a situação dessas regiões, também foram chamadas questões que não estavam claras sobre falta de água e energia em muitas aldeias, e a Sanepar e a copel ficaram de buscar essas questões para trazer na próxima reunião, a SEAB e a SEJUF ficaram de fazer uma reunião conjunta até o final de junho, começo de julho para ver como atender as comunidades mais vulneráveis e a SEED fez uma apresentação bem completa sobre as escolas indígenas e quais estão recebendo alimentação, pois as escolas indígenas possuem uma alimentação diferenciada, e a SEAB ficou de ver a questão do leite para as crianças que não tem sido entregue nas escolas, da secretaria de meio ambiente que não soube responder as demandas, mas provavelmente irá traze na próxima reunião as respostas para essas demandas, e o ministério público e a defensoria pública fizeram cobranças dos órgãos do estado com relação a todas essas questões levantadas, então em principio é isso que foi tratado nessa reunião, oque ela considera um avanço, pois está começando a acontecer um debate entre as secretarias de como os programas podem ser trabalhado de forma intersecretarial, afinal de contas esse é o fundamento da CAISAN que deveria trabalhar sempre nessa visão, não tendo mais nada a tratar neste ponto, não tendo mais a tratar a secretária passa para a próxima pauta; item nove; **9) Palavra das Conselheiras:** A Presidente abre para palavra das conselheiras, A conselheira Margarete gostaria de dar um informe dizendo que é pré-candidata a deputada estadual então em função de poder se dedicar ao trabalho vai a partir de primeiro de julho se afasta do conselho, retornando no dia treze de outubro, não é a lei que exige, mas para poder fazer bem feito vai se afastar do conselho e trabalhar na sua campanha, fala que sua suplente Rafaela irá assumir o seu lugar, passa a palavra para conselheira Rosalina que parabeniza Margarete, e inicia dizendo que quer dar dois informes, fala que no dia onze realizaram a conferência municipal da mulher em Londrina, conseguiram organizar presencial, com a participação da representatividade da sociedade civil, que é uma boa participação, fala que foi uma conferência bem organizada, que fizeram sete pré conferências em cada região da cidade com temas do plano municipal de politica publica, os eixos mais estruturantes, também fizeram com o servidor e uma virtual para as pessoas que não conseguiram ir, houve uma boa mobilização mas que ainda precisam fazer uma eleição complementar pois, na lei, como a do estado, tem a representatividade importante e que não teve escrito que nem a representante das mulheres indígenas, que tiveram delegadas que estavam selecionadas, mas pegaram Covid e não conseguiram participar da conferência, fala que foi muito boa, fala ficará no conselho até ganhar a nova mesa, por que na lei eles não podem ficar definitivo, então só podem ser reconduzidos pelo mandato, ela já está a oito anos no conselho e a entidade conseguiu a vaga mas ela não

pode permanecer como conselheira, mas sempre vai estar no conselho e no conselho estadual da mulher, diz que gostaria de informar também que a comissão de enfrentamento a violência contra a mulher do conselho municipal dos direitos da mulher em Londrina junto com a rede, no período da manhã, tiveram uma reunião com a Dra. Luciana que é a Coordenadora Geral das Delegacias da Mulher no Paraná, para tratar uma situação da delegacia de Londrina, aonde faltam servidoras, delegada, que eles só possuem uma delegada, mas diz que foi uma reunião muito boa, com a participação do Ministério Público, a Dra. Marise que é da vara maria da penha em relação ao conselho municipal de londrina, não tendo mais nenhuma manifestação de fala a Presidente agradece a presença de todas dando encerramento a Reunião Ordinária. Esta ATA foi degravada pela Secretária-Executiva, Fernanda Marchione e será encaminhada as conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada e publicizada no site do CEDM/PR. (**Nº da Edição do Diário: 11218)**